COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.977, DE 2010

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Autora: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em questão, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, foi elaborado com base em Sugestão de Projeto de Lei (identificado pelo nº 220, de 2010) encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul.

Dispõe sobre a emissão de certidão de antecedentes criminais e de atestado de pena a cumprir, e obriga os estabelecimentos penais a prestar informações, periodicamente, acerca de pessoas que neles se encontrem presas.

A proposição altera o inciso XVI do art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984, ampliando o direito da pessoa presa para que esta possa obter atestado de pena a cumprir gratuitamente e a qualquer momento, desde que o requeira.

Altera também o inciso X do art. 66 da lei referida acima, retirando a palavra “anualmente” para adequá-lo à alteração do art. 41, e estabelece que o atestado de pena a cumprir deverá ser disponibilizado também por intermédio de sítio na rede mundial de computadores - Internet .

Pretende, também, acrescentar parágrafo ao art.85 da Lei de Execução Penal (LEP), para criar aos estabelecimentos penais a obrigação de encaminhar aos órgãos e autoridades com competências relativas à execução penal a relação nominal das pessoas presas existentes no estabelecimento penal – tendo por referência o dia 20 do mês anterior –, bem como o dispositivo penal infringido, a data e a modalidade de prisão.

Por último, o projeto dispõe, em seu art. 5º, que “toda e qualquer certidão de antecedentes criminais deverá ser emitida gratuitamente, tendo seu inteiro teor disponibilizado inclusive por intermédio de sítio na rede mundial de computadores – *Internet*”.

A proposta foi encaminhada em 08 de dezembro de 2010 para análise das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e art. 54, RICD).

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, foi aprovada, com uma emenda.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Inicialmente, devo enfatizar a admirável iniciativa da Comissão de Legislação Participativa em apresentar projeto de lei dessa natureza, que busca proteger direitos da pessoa presa por meio da ampliação do acesso à informação.

A esta Comissão compete analisar a proposta à luz do que estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que determina ser da competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob essa ótica, a proposta está em conformidade com a Constituição Federal, bem como com a LEP e a Lei de Acesso à Informação. O projeto não pretende criar novos benefícios ao preso, mas apenas introduzir instrumentos para efetivar a execução de garantias já previstas na ordem jurídica brasileira.

O projeto de lei em questão busca garantir informação às pessoas presas por meio da garantia da obtenção, a qualquer tempo, do atestado de pena a cumprir, cuja finalidade é informar sobre a proximidade dos prazos para pedidos de progressão de pena ou liberdade condicional. Dessa forma, evitaremos que o condenado fique preso por tempo superior àquele determinado pelo juiz.

Assim, o projeto de lei propiciará a todo indivíduo encarcerado efetivo acesso à justiça, assegurando a proteção e garantia de seus direitos e reduzindo as ilegalidades do sistema prisional.

Quanto à obrigação dos estabelecimentos penais de encaminhar aos órgãos e autoridades a relação nominal das pessoas presas neles existentes, bem como o dispositivo penal infringido, a data e a modalidade de prisão, acredito estar prejudicada, pois seu objetivo principal foi contemplado recentemente pelo advento da Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, que “dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança”.

Segundo este diploma, os dados e informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena, assegurando, ainda, que as informações sejam acompanhadas pelo magistrado, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor, além de disponibilizados para a pessoa presa ou custodiada. Ademais, os atores do sistema da justiça criminal serão notificados quando o prazo para concessão de qualquer benefício sobrevier, de modo a não violar os direitos da pessoa presa ou sujeita à medida de segurança.

Por outro lado, visando a amplificar as propostas já trazidas pelo projeto ora em discussão, apresento Substitutivo inspirado na Resolução nº 356 do Supremo Tribunal Federal, para propor nova redação ao art. 202 da LEP e, com isso, estabelecer que não constem dos atestados ou certidões de antecedentes a existência de: inquéritos policiais arquivados, inquéritos policiais em andamento, indiciamento, denúncia ou queixa e decisões judiciais que sejam extintivas de punibilidade, de trancamento da ação penal ou inquérito policial, absolutória, impositiva de medida de segurança de tratamento ambulatorial, suspensiva do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95) ou condenatória à pena de multa, isoladamente.

A proposta visa a adequar a LEP ao princípio constitucional da presunção de inocência e impedir que cidadãos venham a ser prejudicados pela não emissão de atestados negativos de antecedentes criminais porque, eventualmente, contra si existam inquéritos policiais em andamento, por exemplo. A proposição, no entanto, não impedirá o acesso público a esta informação, porém, garantirá que esta não seja tachada como antecedente criminal, o que estaria em desacordo com a Constituição Federal.

Além disso, o Substitutivo o vem ao encontro da recém-aprovada Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que “institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP; altera as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001”.

Nela, o legislador alterou o parágrafo único do artigo 20 do Código de Processo Penal para estabelecer que “*nos antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes*”, revelando sua sintonia ao princípio constitucional da presunção de inocência, cerne da proposta que ora se apresenta.

O Substitutivo apresentado vem ao encontro, também, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações no âmbito da administração pública. Segundo ela, qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos. O Substitutivo, de forma análoga à lei, pretende garantir à pessoa presa o direito de requerer à autoridade administrativa, a qualquer tempo, atestado de pena a cumprir, informações atualizadas sobre mandados de prisão e andamento de processos criminais a que responde, inclusive com cópias de decisões judiciais, nome e contato do seu defensor; relatório de comportamento carcerário e informativo sobre atividades laborais e educacionais que possam ser exercidas.

Pelos motivos expostos, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.977, de 2010, na forma do Substitutivo ora apresentado, e pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela

rejeição da emenda apresentada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2012.

Deputado LUIZ COUTO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.977, DE 2010

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para garantir o acesso à informação da pessoa presa ou submetida à medida de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a emissão de certidão de antecedentes criminais e de atestado de pena a cumprir e visa a garantir o acesso à informação da pessoa presa ou submetida à medida de segurança.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41.

XVI – atestado gratuito de pena a cumprir, emitido anualmente ou quando requerido, sob pena de responsabilidade da autoridade judiciária competente.

.....(NR)”

“Art. 66.

X – emitir, de ofício ou mediante requerimento, atestado gratuito de pena a cumprir, disponibilizando seu inteiro teor, inclusive pela rede mundial de computadores. (NR)”

“Art. 202.

§ 1º Também não impedirá a emissão de atestado ou certidão negativa de antecedentes a existência de:

I – inquéritos policiais arquivados;

II – inquéritos policiais em andamento;

III – indiciamento;

IV – denúncia ou queixa;

V – decisão judicial:

a) extintiva da punibilidade;

b) de trancamento da ação penal ou inquérito policial;

c) absolutória;

d) impositiva de medida de segurança de tratamento ambulatorial;

e) suspensiva do processo, nos termos do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995; ou

f) condenatória à pena de multa, isoladamente.

§ 2º Os atestados e certidões serão emitidos gratuitamente aos hipossuficientes econômicos.

§ 3º Os órgãos da administração pública responsáveis pela emissão dos atestados ou certidões e os Juízos providenciarão sua disponibilidade na rede mundial de computadores, observado § 4º.

*§ 4º As informações do **caput** e § 1º somente constarão nos documentos emitidos mediante:*

a) requisição da autoridade judicial;

b) requerimento da autoridade policial, do Ministério Público e da Defensoria Pública; ou

c) requerimento do próprio interessado ou de seu representante.

§ 5º As hipóteses previstas nas alíneas a e b do parágrafo anterior destinam-se à instrução de processo ou investigação criminal em curso. (NR)”

Art. 3º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 41-A:

“Art. 41-A. Constitui direito da pessoa presa ou submetida à medida de segurança o acesso às informações pessoais relativas ao encarceramento, internação ou tratamento ambulatorial, tais como:

I – atestado de pena a cumprir, informações atualizadas sobre mandados de prisão e andamento de processos criminais a que responde, inclusive com cópias de decisões judiciais, nome e contato do seu defensor;

II – relatório de comportamento carcerário, informativo sobre atividades laborais e educacionais que possam ser exercidas, com vistas a assegurar o direito ao trabalho e ao estudo; e

III – laudo psiquiátrico.

§ 1º As informações de que trata este artigo poderão ser requeridas pela pessoa presa ou submetida à medida de segurança, seus ascendentes, descendentes, cônjuge, companheiro e companheira, a autoridade responsável pela custódia ou pelo estabelecimento penal.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2012.

Deputado LUIZ COUTO

Relator